


A evolução da educação inclusiva no Distrito Federal: o atendimento às crianças com Altas Habilidades/Superdotação

The evolution of inclusive educational in the Federal District: care for children with high abilities/giftedness

 Ana Paula Almeida de Matos *
Edina Schimanski **
Eliane Grisa ***

Recebido em: 4 abr. 2023
Aprovado em: 28 jul. 2023

Resumo: A política educacional brasileira de primeira infância sempre foi um tema questionado no panorama social e cultural por estudiosos e pesquisadores ao longo dos séculos XIX e XX. A criança antes vista como um ser invisível, sem fala, aos poucos vem ganhando espaço na sociedade com a publicação de leis voltadas para a educação infantil e para os superdotados como parte da educação especial. O objetivo deste artigo é discorrer sobre a história da implantação do atendimento das Altas Habilidades/Superdotação no Distrito Federal a partir da promulgação de políticas públicas voltadas para a área da educação inclusiva; identificando quem são essas crianças, os autores desse processo. O presente texto desenvolve-se a partir da linha de tempo das políticas públicas para a infância incluindo os superdotados, o conceito de infância e as crianças com Altas Habilidades/Superdotação neste cenário.

Palavras-chave: Políticas públicas. Infância. Altas Habilidades/Superdotação. Educação infantil.

Abstract: Teachers and researchers throughout the 19th and 20th centuries have constantly questioned the Brazilian Education Policy to childhood in the social and cultural spheres. The child, previously seen as an invisible human being or as a speechless person, has gradually been getting more importance in the society with the publication of laws and social policies. These policies intend to reach the early childhood education as part of special and inclusive education. This article aiming at discussing about the history of the implementation of High Abilities care in the Brazil Federal District from the performing of public policies that addressing inclusive education. In this sense, it is important to identify whom these children are.

Keywords: Public policy. Infancy. High Skills/Giftedness. Child education.

* Ana Paula Almeida de Matos é pedagoga, mestranda do Programa de Educação Inclusiva - PROFEI/UEPG. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - Sala de Recursos de AH/SD. Contato: annapauulla.matos@gmail.com

** Edina Schimanski é PhD em Educação. Professora do Programa de Educação Inclusiva - PROFEI e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Lotada no Departamento de Serviço Social da UEPG.

*** Eliane Grisa é professora licenciada em Letras – Português e Inglês (UNEMAT). Mestranda do Programa de Educação Inclusiva - PROFEI/UEPG. Professora Efetiva na Rede Municipal de Ensino de Marechal Cândido Rondon- PR.

Introdução

A sociedade vive em constante transformação e, nesse ciclo de mudanças, estar atento às políticas públicas voltadas para a infância é fator preponderante para averiguar o que realmente está sendo realizado e concretizado. Pensar sobre a infância é buscar a compreensão e identificação da criança a partir das interações no seu meio social e cultural, bem como da inclusão de políticas públicas voltadas para o sistema educacional.

Este artigo é o resultado de questionamentos que fundamentam a trajetória do estudo sobre a evolução histórica do atendimento às crianças nas salas de recursos de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) no Distrito Federal (DF), a partir de: quais políticas públicas que tiveram como foco a criança com necessidades especiais? Qual o conceito de infância neste cenário? Como identificar uma criança com AH/SD? Quais estratégias o professor deve utilizar nos atendimentos para que a criança desenvolva a percepção de suas habilidades?

Além de propor uma reflexão sobre a criança, este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a história da implantação do atendimento das AH/SD no DF, por meio de estudo das políticas públicas implementadas; identificando quem são essas crianças como os autores desse processo e os caminhos percorridos; analisando na literatura estudos que denotam estratégias pedagógicas tendo como foco a criança questionadora e reflexiva.

Toda criança tem uma habilidade que necessita de estímulo, de mediação pedagógica, de um olhar sensível do professor que, por meio da interação no espaço escolar resulte em mudanças, construções sociais, fortalecimento de valores e construção da identidade (HERNANDÉZ, 1998).

Espera-se com este estudo o compartilhamento da história das AH/SD no DF e contribuir para a divulgação do atendimento nas salas de recursos, bem como propor a necessidade de se repensar estratégias de exploração e desenvolvimento dos talentos e potenciais das crianças.

1. Marcos históricos legais: políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação

O conceito de educação e sua importância ao longo dos séculos foi ganhando amplitude na sociedade no âmbito das políticas públicas e aos poucos abrangendo especificidades antes neutralizadas ou escondidas nos seus diversos espaços.

De acordo com o resultado publicado sobre o Censo Escolar de 2022, o número de matrículas na educação especial no Brasil teve um aumento significativo, porém fazendo uma comparação entres os anos de 2020 a 2022, com relação as altas habilidades/superdotação,

este resultado se expressa pela oscilação de matrículas, em 2020 de 24.424, em 2021 de 23.728 e em 2022 de 26.815 (BRASIL, 2022).

Essa mobilidade se apresenta num cenário pandêmico, no entanto se configura pela necessidade de estudos e pesquisas para dar visibilidade ao atendimento, e contribuições na implementação de ações e diretrizes de políticas públicas que englobem a inclusão dos alunos fazendo com que o aumento de matrículas e o atendimento sejam amplamente divulgados (FAVERI; HEINZLE, 2019).

Para iniciar o estudo sobre a evolução do atendimento das AH/SD e as políticas públicas que permeiam o seu processo é importante primeiro definir o seu conceito. De acordo com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura, a criança com AH/SD é aquela que apresenta interesse e envolvimento pela atividade, criatividade e “demonstra potencial elevado em qualquer uma das áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes” (BRASIL, 2008, p. 15).

Nos séculos XIX e XX, a sociedade brasileira vivia momentos tensos em que a educação era constantemente questionada em reuniões, seminários, assembleias, nos corredores das universidades e congressos resultando em manifestos em prol de uma educação igualitária. Pesquisadores questionavam sobre a importância da educação e sua amplitude às classes menos favorecidas de forma a atender às crianças menores de 7 anos, logo que em outros países já se concretizavam essa ação com implantação de creches e pré-escolas e os resultados apontavam para um desenvolvimento significativo nos anos posteriores.

O primeiro período, entre final dos anos 1970 e final dos anos 1980, corresponde à implantação de um modelo de EI de massa, alinhado a cânones da UNICEF e da UNESCO para os países subdesenvolvidos, que preconizavam uma educação pré-escolar compensatória de “carências” de populações pobres e apoiada em recursos da comunidade, visando despende poucas verbas do Estado para sua expansão. No plano administrativo, o período caracterizou-se por uma superposição de responsabilidades dos setores da assistência, da educação, da saúde e do trabalho. (ROSEMBERG, 2003, p. 1)

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 4.024 foi criada em 1961, mas pouco trazia de significativo para as crianças menores de 7 anos, estabelecendo que o ensino pré-primário deveria ser ministrado em escolas maternas e jardins de infância e para as crianças de mães trabalhadoras em sistema de cooperação com as empresas; e nem tão pouco para as crianças com AH/SD, que nos artigos 88 e 89, faz uma referência sucinta compreendendo-as como excepcionais e, quando possível, inclui-los no sistema educacional sem discriminar

a idade e a etapa que a criança esteja cursando para o seu ingresso. (BRASIL, 2021)

Os primeiros instrumentos legais que dizem respeito à introdução do termo superdotados no Brasil retomam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971, que no artigo 9º descreve que:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971, p. 3)

No DF, os diálogos sobre Altas Habilidades/Superdotação iniciaram a partir do primeiro Seminário Nacional sobre Superdotados, realizado pela Universidade de Brasília – UnB, em 1971, ocasionando um leque de pesquisas e estudos sobre a temática e o pioneirismo distrital no ano de 1976 com a criação de salas de recursos no Plano Piloto voltadas inicialmente para o atendimento às crianças com características de AH/SD do 1º ao 6º ano. Acompanhando o interesse cada vez maior da comunidade escolar e os resultados positivos, a Secretaria de Educação ampliou o atendimento aos anos subsequentes das 7ª e 8ª séries e ensino médio, mas foi somente nos anos 2000 que o atendimento foi ofertado às crianças da educação infantil (ESPÍNDULA, 2018).

Com o aumento da população, desde o início da inauguração de Brasília, há um reflexo no sistema educacional para a implantação de creches e jardins de infância às demais regionais administrativas. Esse crescimento fez com que o sistema educacional sofresse “uma batalha entre o ideal planejado e as necessidades que se apresentavam diante do vertiginoso crescimento populacional” (PINTO, MÜLLER, ANJOS, 2018, p. 8). Isso demonstra uma lenta ampliação do atendimento às crianças pequenas resultando no retardamento de políticas públicas voltadas para as AH/SD desde a educação infantil.

Ao reformular a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, a educação especial passa a ter enfoque inclusivo e, em seu artigo 59, assegura aos alunos com AH/SD organização específica do currículo, especialização de professores e uma educação voltada para a preparação para o trabalho e sua integração na vida social (BRASIL, 2021).

Com a implantação da nova LDBEN – 9.394/96 ocorreu um aumento no número de matrículas de estudantes além da oferta do atendimento nas demais regionais de ensino do DF com criação de salas específicas. Dá-se então, em 1999, a promulgação da Lei Orgânica Distrital nº 2.352, de 26 de abril, que dispõe sobre o atendimento a alunos portadores de altas habilidades especificando que os estudantes teriam atendimento

especial voltado para a promoção de estudos e pesquisa, além de acompanhamento psicológico e transporte gratuito (DISTRITO FEDERAL, 1999).

Essa evidência tão forte no atendimento e o crescente debate das políticas públicas fizeram com que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC, juntamente com especialistas da área elaborassem “um conjunto de quatro volumes de livros didático-pedagógicos com informações para o auxílio de práticas de atendimento ao aluno com Altas Habilidades/Superdotação, orientações para o professor e à família” (FLEITH, 2007, p. 5) e um específico intitulado *Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão – altas habilidades/superdotação* (2007) voltados para a identificação de crianças no período pré-escolar.

Esses referenciais têm por objetivo oferecer atendimento educacional suplementar no intuito de aprofundar e enriquecer o currículo, diversificando os conhecimentos; promover a inclusão social; estimular o pensamento crítico-reflexivo; desenvolver potenciais e habilidades; incentivar o estudo e a pesquisa e promover ajustamentos de diferentes áreas de desenvolvimento (BARBOSA, 2007).

Avanços pautados em movimentos sociais, organizações não-governamentais e políticas públicas demonstram a força que as AH/SD vêm reafirmando a importância dos trabalhos na educação básica e esse processo se concretiza a partir de 2005 com a implantação de Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S pela SEESP, em parceria com a UNESCO e o FNDE nos estados brasileiros como apoio ao estudante e familiares (PÉREZ; FREITAS, 2009).

A incorporação do NAAH/S pela Secretaria de Educação do DF no ano de 2005 demonstra a importância e o crescimento deste atendimento durante os anos e por oportunizar o aprendizado de acordo com a especificidade de cada criança, procurando desenvolver o senso crítico e o fomento à pesquisa.

Junto ao avanço das políticas públicas, os movimentos sociais e as inquietudes de pesquisadores em prol de uma educação que realmente faça acontecer a mudança no panorama brasileiro, o conceito de infância vem ganhando espaço e propiciando a ampliação de políticas públicas necessárias a uma educação inclusiva, desde a introdução da criança na creche até o jovem no ensino superior.

2. Crianças com Altas Habilidades/Superdotação: atores do processo

A mudança de postura nos cenários sociais e culturais teve forte influência na escola. Nos séculos XIX e XX, as lutas pelo acesso à educação para todas as crianças passaram por momentos de ações que englobavam

questões voltadas para o estudo histórico-social do conceito de criança e infância, à universalização do ensino, o acesso de pessoas com deficiência e a melhoria da política dos direitos humanos (GOHN, 2016).

Com a publicação em 1960 pelo historiador Philippe Ariès, sobre os estudos acerca da concepção de infância a partir da idade média em seu livro, *História social da infância e da família*, a criança passa a ser vista sobre outro enfoque, de um *enfant* (aquela pessoa que não fala), para um ser que vive e interage no meio social (ARIÈS, 1986).

Deste modo, cabe ressaltar o conhecimento da criança em cada momento histórico, pois “sabemos que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente: a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social” (KRAMER, 2000, p. 2).

À vista disso, conhecer o contexto do processo de inserção da criança no espaço escolar, desde a infância, remete para viabilização de estudos e pesquisas que são pertinentes para compreensão de concepções e ações que fundamentaram práticas pedagógicas e políticas públicas nos séculos passados e que se encontram presentes nos espaços educacionais até o momento.

2.1 Os estudos da infância e da criança na história

Compreender o ser humano e as fases do seu desenvolvimento sempre estiveram presente nos estudos históricos de diversos pesquisadores. Até meados do século XVIII, a criança nesse contexto, era compreendida sobre o panorama de um adulto em miniatura. (ANDRADE, 2010).

Na Europa, com o advento da industrialização, parece ser importante a presença da criança para o fazer laboral.

Nelas, os seres infantis eram unanimemente celebrados como membros úteis. Suas atividades podiam assumir várias formas, a depender do modo de produção, mas eram semelhantes no sentido de que, independentemente do lugar onde se desenvolviam, eram úteis ou funcionais à sociedade ou à cultura em que eram desenvolvidas. (QVORTRUP, 2011, p. 327)

No entanto, no final do século XIX e início do século XX, surgiu uma corrente de pensadores e educadores em prol da criança, como Froebel, Marie Pape-Carpantier, Piaget e Freud começaram a questionar a importância da infância e das relações sociais e culturais que elas constroem nesse primeiro período da vida e a educação transmitida às crianças (FREITAS; SHELTON, 2005).

Marie Pape-Carpantier influenciou uma educação transformadora em vários países conduzindo a educação das crianças de dois a seis anos como prioridade, através da criação de escolas, denominadas como sala

de asilos, com o atendimento educacional para os pobres e por colocar a educação infantil como prioridade (BASTOS, 2010).

Diante disso, suas posições e críticas colaboraram para que fossem organizadas diretrizes e políticas públicas no intuito de ver a presença e preservação da criança no espaço escolar como agentes de ação e construção da sua aprendizagem.

Nesse sentido, a criança com altas habilidades ou superdotação adentra no espaço escolar com maior visibilidade. Nos Estados Unidos, a introdução do atendimento da criança com AH/SD data dos anos de 1900 com testes e a partir de 1920 com o estabelecimento de classes especiais (VIRGOLIM, 2014). Teve uma parada nos atendimentos devido a crise e guerras, retornando em 1950 com o advento dos jovens brilhantes a partir de testes de matemática (MATOS; MACIEL, 2016).

Desde então, os estudos se fortaleceram com as teorias e estabelecimentos de atividades em prol do desenvolvimento da inteligência, a partir de estudos e pesquisas sobre a inteligência, com Renzulli (1978) com a Teoria dos Três Anéis, Gardner (1983) com a Teoria das Inteligências Múltiplas e Sternberg (1986) com a Teoria Triárquica de Inteligência.

O crescente movimento em prol das crianças e jovens com Altas Habilidades/Superdotação e talentosos reverbera em diversos países adentrando os seus estudos no Brasil embasando e fundamentando orientações, diretrizes e políticas públicas que se tornam pertinentes ao trabalho do professor, ao aluno e suas famílias.

2.2 A criança com Altas Habilidades/Superdotação no Brasil

No Brasil, durante um longo tempo, vemos a criança como coadjuvante no processo de ensino e aprendizagem. Pesquisas apontam que as poucas creches, casas de asilos e jardins de infância que existiam, serviam apenas para a classe burguesa e para abrigar os filhos de mães trabalhadoras e não como parte integrante de uma política educacional que resulte em mudanças significativas e mostre a criança como sujeito desse processo. A educação era uma forma de segregação social, sendo para poucos e não para todos (KULMANN JR., 2000).

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação infantil vem ganhar espaço e passa a integrar a primeira etapa da educação básica, compreendendo o atendimento em creches para crianças até três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos, reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. No entanto, só teve visibilidade e notoriedade a partir da LDBEN nº 9394/96, com o seu reconhecimento como parte de um sistema educacional, superando o caráter assistencialista e preparatório para o ensino fundamental.

Com a promulgação da referida lei, a educação especial se expande compreendendo a educação infantil como parte desse processo, alavancando ações pertinentes ao atendimento à criança especial e, em particular, aos superdotados. Pesquisa realizada por Campos (1997), sobre os efeitos da frequência da criança na Educação Infantil, descreve estudo feito no Brasil pela Fundação Carlos Chagas em que “as crianças sem pré realizam um progresso maior no prazo considerado, mas sempre atingindo patamares mais baixos do que as egressas da pré-escola” (CAMPOS, 1997, p. 124). Daí a importância da frequência da criança nessa etapa para o seu desenvolvimento e para que o professor tenha a oportunidade de identificação e encaminhamentos às salas de atendimento.

As altas habilidades fazem parte da educação especial numa perspectiva que direciona o trabalho do professor para que o aluno supere necessidades acima do que lhe é proporcionado na classe comum. Muitos profissionais da educação associam a educação especial somente a crianças que apresentam deficiências físicas, auditivas, visuais, múltiplas ou a transtornos; o que resulta numa fragmentação, pouca compreensão e visibilidade do trabalho executado pelos professores do atendimento.

Assim, identificar uma criança com AH/SD não é tarefa fácil para o educador, requer conhecimento, pesquisa e aprofundamento de estudos para que favoreça um espaço acolhedor e transformador em prol da promoção de talentos. São crianças que apresentam características peculiares e aprendizados diferenciados e sua identificação deve ocorrer o quanto antes para que não aconteça a desmotivação em sala de aula (GUIMARÃES; OUROFINO, 2007, p. 55). A superdotação é um fenômeno dinâmico que aparece em algumas pessoas, em alguns momentos e em algumas situações de aprendizagem.

As pessoas com altas habilidades formam um grupo heterogêneo, com características diferentes e habilidades diversificadas; diferem uns dos outros também por seus interesses, estilos de aprendizagem, níveis de motivação de autoconceito, características de personalidade e principalmente por suas necessidades educacionais. (VIRGOLIM, 2007, p. 11)

Quanto menor a criança maior é a sua capacidade imaginativa e investigativa, maior deve ser o cuidado e o olhar atento e minucioso nas abordagens adotadas no dia a dia. São esses momentos que oportunizam e determinam a descoberta de habilidades pulsantes. Dessa forma, é importante compreender que cada ser humano é único, dotado de imaginação que os levam a descobertas com significado. A imaginação “representa a única forma possível para gerar inteligibilidade sobre significados que criamos para digerir nossas práticas neste mundo” (GONZÁLES REY, 2014, p.44).

2.3 O atendimento à criança com AH/SD no Distrito Federal

A política educacional do Distrito Federal está centrada em princípios sociais, culturais e pedagógicos, interligados entre as legislações educacionais brasileiras e a Lei Orgânica do Distrito Federal de 1993, contemplando o atendimento obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade, e com a alteração da emenda nº 79/2014, que garante o atendimento educacional especializado aos alunos com altas habilidades em todos os níveis de ensino (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Essa alteração reverbera com o documento para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 fundamentada na política dos direitos humanos e na diferença como valor (BRASIL, 2008), e, reforçada pelo Decreto nº 7.611/2011 que ressalta a educação especial como garantia a um sistema educacional inclusivo, desde a educação infantil até o ensino superior, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades e direitos expressivos em Lei (BRASIL, 2011).

No site da Secretaria de Educação, os dados referentes ao atendimento de alunos e professores atuantes na rede pública de ensino contemplam 1.745 estudantes com AH/SD e 61 professores especializados com aptidão (DISTRITO FEDERAL, 2019). Sabemos hoje que esses dados são maiores, o que representa o rompimento de embargos educacionais, sociais e culturais que perfazem o universo educacional, onde cada vez mais o acesso à informação e às políticas públicas faz com que a sociedade lute para que os direitos sejam universais.

Analisando o resumo técnico do Censo Escolar do DF referente ao ano de 2021, os dados apontam um aumento significativo de matrículas na Educação Básica e na classe comum de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação de acordo com a etapa de ensino, entre os anos de 2017 a 2021 (BRASIL, 2022). Esses dados não trazem especificado o quantitativo pelo tipo de atendimento em salas de recursos específicas, porém representa um marco evolutivo referente a Meta 4 do Plano Nacional de Educação que contempla o atendimento inclusivo para a população de 4 a 17 anos.

De acordo com o instrumento “Estratégia de Matrícula” da Secretaria de Educação do DF que dispõe de diretrizes para organização das Unidades Escolares, este orienta que as salas de recursos específicas para AH/SD devem atender alunos no contra turno, sendo 70% das vagas destinadas a rede pública e 30% a rede privada. Com características peculiares, de acordo com a região administrativa e com a formação profissional do professor regente, o atendimento contempla as áreas Acadêmica com professor de atividades para alunos da

educação infantil ao fundamental I ou em uma das áreas de conhecimento, para alunos do ensino fundamental II ao ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA); e de Talento Artístico com formação em artes, para alunos da educação infantil ao ensino médio e EJA (DISTRITO FEDERAL, 2022, grifo nosso).

Nos atendimentos, é importante que os professores conduzam as atividades para o desenvolvimento do potencial e talento de cada criança tendo como foco o que cada um ou cada uma traz consigo, sua habilidade e o seu talento, para a construção e fomento de projetos de iniciação científica com soluções criativas e inovadoras.

Nesse sentido, a partir de orientações das políticas públicas e pedagógicas, o programa de atendimento das AH/SD no DF tem por princípio o Modelo de Enriquecimento, difundido em 1985 pelo estudioso Joseph Renzulli, a partir da interação de três anéis: habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa ou motivação. Para o autor, esse tipo de modelo deve ser expandido para todas as salas do ensino regular numa abordagem de aprendizagem investigativa, seguindo quatro princípios:

1. Cada aluno é único e, desta forma, todas as experiências de aprendizagem devem ser analisadas de forma a considerar as capacidades, interesses, estilos de aprendizagem e formas preferidas de expressão do indivíduo.
2. A aprendizagem é mais efetiva quando os alunos desfrutam o que estão fazendo. Em consequência, as experiências de aprendizagem devem ser construídas e avaliadas com uma maior preocupação com o prazer do que com as metas de aquisição de conteúdos.
3. A aprendizagem é mais significativa e prazerosa quando o conteúdo (ou seja, o conhecimento) e o processo (ou seja, habilidades de pensamento, métodos de pesquisa) são aprendidos dentro do contexto de um problema real e atual. Desta forma, se deve dar atenção às oportunidades de personalizar a escolha dos alunos na seleção de um problema, a importância do problema para os indivíduos e grupos que dividem interesses comuns no problema e às estratégias para ajudar os alunos na personalização de problemas que eles possam querer escolher para estudar.
4. Na aprendizagem investigativa, alguma instrução formal e prescritiva pode ser usada, mas um dos principais objetivos desta abordagem é aumentar o conhecimento, a aquisição de habilidades de pensamento e a produtividade criativa examinando todos os temas para oportunidades de introduzir práticas educacionais investigativas. (RENZULLI, 2014, p. 541)

Ao abordar estratégias significativas de interesse do aluno denota que está ocorrendo um trabalho em busca da evolução do potencial humano, de maneira que a criança perceba o seu desenvolvimento, o passo-a-passo do processo de aprendizado e que o resultado irá lhe proporcionar ideias e pensamentos crítico-reflexivos “possibilitando seu amplo desenvolvimento pessoal e

criando oportunidades para que eles encontrem desafios compatíveis com suas habilidades” (SABATELLA; CUPERTINO, 2007, p. 69).

O olhar atento para a criança é o que vai nortear o desenvolvimento do seu processo de aprendizado. Momentos de troca, de diálogos, num contexto em que, a partir da escuta priorize a atenção humanizada à criança, há a oportunidade do envolvimento com as atividades e o avivamento da sua capacidade criativa; o aprendizado torna-se significativo e a produção do pensamento surge como instrução viva a partir da participação em investigações individuais ou em grupos.

Para tanto, é importante que a criança tenha a noção de onde ela está e o seu papel nesse espaço de atendimento, pois o “foco do trabalho é sempre o aluno; para isso, ele precisa inicialmente saber por que ele é indicado para a sala de recursos de um programa de altas habilidades/superdotação; e, inclusive, o que significa ser um superdotado neste contexto” (VIRGOLIM, 2014, p.9).

Conhecer o seu espaço, fazer parte de um processo de atendimento diferenciado do que é visto na classe comum, é poder vivenciar a valorização das diferenças à medida que é capaz de ampliar o seu conhecimento e o fomento ao desenvolvimento da sua habilidade. Essa experiência faz com que a criança se descubra como parte integrante de uma sociedade e que a sua opinião, o seu pensamento tenha real valor.

Com efeito, é necessário respaldar estudo do atendimento educacional especializado nas salas de altas habilidades/superdotação e a publicização de dados específicos, contribuindo assim para a promoção de diretrizes e divulgação de instrumentos pedagógicos que reforçam a participação e a produção criativa dos alunos.

Conclusão

Atualmente é comum vermos debates sobre políticas públicas e criação de leis voltadas para a educação básica, desde a educação infantil até o ensino superior, em prol de uma educação igualitária e humana. No entanto, isso não ocorria nos séculos passados. Para a sociedade, a criança não era um ser pensante e nem tampouco tinha voz ativa. A partir dos estudos do historiador Ariès (1960) esse cenário tem uma reviravolta e o estudo sobre a criança em cada momento histórico passa a ter notoriedade.

Nesta perspectiva, se inserem estudos sobre a criança com altas habilidades/superdotação como pertencente à modalidade da educação especial e como garantia de políticas públicas primordiais nos estados brasileiros e no Distrito Federal. Aos poucos, este panorama vem tendo visibilidade, porém entendemos que ainda há um processo longo para percorrer no intuito de ampliar o atendimento a todas as camadas sociais.

O Distrito Federal foi pioneiro na implantação de salas de recursos para as AH/SD, mas percebe-se um retardo quanto a oferta para as crianças da educação infantil ocorrendo apenas a partir dos anos 2000 com a promulgação de políticas públicas para a primeira

infância. Assim, quanto mais cedo o professor buscar por olhar, ouvir e identificar a criança com AH/SD, oportunizando estratégias significativas que visem a ampliação do conhecimento, esta se sentirá pertencente a um grupo social que faz a diferença na sociedade. ■

Referências

- BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. **Implementação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S**. Trabalho apresentado no Seminário “A construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação”. Brasília, MEC/SEESP, 2007.
- BASTOS, Maria Helena Camara. A educação infantil e ensino intuitivo: a contribuição de Marie Pape-Carpantier (1815-1878). **Conjectura**, v. 15, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/507/395>. Acesso em: 24 mar 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2022**: divulgação de resultados. Diretoria de Estatísticas Educacionais 2022. Brasília, 31 de janeiro de 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 15 mar 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 09 mar 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Poder Executivo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 09 mar 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 06 mar 2023.
- CAMPOS, Maria Malta. Educação infantil: o debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 101, p. 113-127, 1997. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/754>. Acesso em 2 out. 2021.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.352, de 26 de abril de 1999**. Dispõe sobre o atendimento a alunos portadores de altas habilidades. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50310/Lei_2352_26_04_1999.html. Acesso em 09 mar 2023.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**, de 08 de junho de 1993. Diário oficial do Distrito Federal. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em: 25 mar 2023.
- DISTRITO FEDERAL. **Resumo técnico do Distrito Federal**. Censo Escolar da Educação Básica 2021. Diretoria de Estatísticas Educacionais 2022. Brasília-DF, Inep/MEC. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_distrito_federal_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf. Acesso em: 26 mar 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). **A hora e a vez dos superdotados**. Brasília: Distrito Federal, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/a-hora-e-a-vez-dos-superdotados/>. Acesso em: 31 mar 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação (SEEDF). **Estratégia de Matrícula 2023**. Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Portaria nº 1.199 de 16 de dezembro de 2022. Brasília: DF, 2022. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/estrategia_de_matricula_24fev2023.pdf. Acesso em: 03 abr 2023.
- ESPÍNDULA, Flávia Santos. Breve histórico do atendimento especializado em Altas Habilidades/Superdotação do Distrito Federal. In: SANTOS, Kelly Fabíola Viana dos (org.). **Memórias e perspectivas: 40 anos do AEE AH/SD-DF**. Brasília: DF, 2018.
- FAVERI, Fanny Bianca Mette de; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis. **Revista Educação Especial**, 32, e118/1–23, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X39198>. Acesso em: 10 jan 2023.
- FLEITH, Denise de Souza (org.) **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação volume 1**: orientação a professores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004654.pdf>. Acesso em 30 set. 2021.

- FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; SHELTON, Terri Lisabeth. Atenção à primeira infância nos EUA e no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2005, Vol. 21 n. 2, pp. 197-205. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/DXDPKVLZYkfkfMQ-7GkwMM3R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar 2023.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos pela educação no Brasil. **Crítica Educativa**, (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i1.75>. Acesso em: 22 mar 2023.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. A imaginação como produção subjetiva: as ideias e os modelos de produção intelectual. In: **O sujeito que aprende**: diálogos entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural. MITJANS MARTÍNEZ, Albertina; ÁLVAREZ, Patrícia. (Orgs.) Brasília: Liber Livro, 2014.
- GUIMARÃES, Tânia Gonzaga; OUROFINO, Vanessa Terezinha Alves Tentes de. Estratégias de Identificação do Aluno com Altas Habilidades/Superdotação. In: **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: volume 1: orientação a professores. FLEITH, Denise de Souza (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004654.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.
- HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. **Revista Teias**, vol. 1, n. 2, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23857/16830>. Acesso em 07 out. 2021.
- KUHLMANN JR. Moysés. Educando a infância brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MATOS, Brenda Cavalcante; MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas Educacionais do Brasil e Estados Unidos para o Atendimento de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). **Rev. Bras.** Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 175-188, Abr.-Jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/fQNXk3Fh89jVWL9CrdZXz4F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar 2023.
- PÉREZ, S.G.P.B.; FREITAS, S.N. Estado do conhecimento na área de altas habilidades/superdotação no Brasil: uma análise das últimas décadas. In: **Reunião da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação** (ANPED), 32., Caxambu, 2009. Anais. Caxambu: Anped. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT15-5514--Int.pdf>. Acesso em 30 set. 2021.
- PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no distrito federal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, e187179, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/JR7zfT5B3dzJvLbM5XZbWBm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11 out. 2021.
- QVORTRUP, J. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fFc5jxqzHRQv5RgND4zSPHq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 mar 2023.
- RENZULLI, Joseph. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Trad. Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 50, p. 539- 562, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14676>. Acesso em 2 out. 2021.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil brasileira contemporânea. In: **Simpósio Educação Infantil**: Construindo o Presente, 28, 2002, Brasília. Anais.... Brasília: Unesco Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Educac%C3%A3o%20Infantil%20Brasileira%20Contempor%C3%A2nea%20-%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.
- SABATELLA, Maria Lúcia; CUPERTINO, Christina M. B. Práticas educacionais de atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação. In: **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação Volume 1**: Orientação a Professores. FLEITH, Denise de Souza (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004654.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.
- VIRGOLIM, A.M.R. A inteligência em seus aspectos cognitivos e não cognitivos na pessoa com altas habilidades/superdotação: uma visão histórica. In: VIRGOLIM, A.M. R.; KONKIEWITZ, E.C. (Org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**: uma visão multidisciplinar. Campinas: Papirus, 2014. p.23-64. cap. 1.
- VIRGOLIM, A.M.R. **Altas habilidades/superdotação**: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004652.pdf>. Acesso em 1 out. 2021.
- VIRGOLIM, A.M.R. In: BURNS, Deborah E. **Altas habilidades/superdotação**: manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Coordenação e revisão de Angela M. Rodrigues Virgolim. Trad. de Danielle Lossio de Araújo e Luiane Daufenbach Amaral. Curitiba: Juruá, 2014.